

# COLEGIADO DE PEDAGOGIA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

# FEIRA DE SANTANA – BAHIA

**2022.1**

MARIE DU PIETÉ SILVA DOS SANTOS

THAYNÁ RODRIGUES BRANDÃO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob coordenação da professora Ma. Claudene Ferreira Mendes Rios, junto ao Colegiado de Pedagogia, na Faculdade Anísio Teixeira, no semestre de 2022.1.

Orientador(a): Profª. Mestranda Larissa de Jesus Pinheiro

FEIRA DE SANTANA – BA

2022.1

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Marie du Pieté Silva dos Santos[[1]](#footnote-1)

Thayná Rodrigues Brandão[[2]](#footnote-2)

Larissa de Jesus Pinheiro[[3]](#footnote-3)

## **RESUMO**

O tema abordado nessa pesquisa tem como fundamento a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil, considerando a compreensão de que essa inclusão vai muito além do direito a educação, e a pergunta norteadora dessa nossa pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo foi: quais métodos e mudanças foram utilizados para promover a inclusão e o desenvolvimento da criança com TEA na educação infantil? Quanto aos objetivos foram: analisar quais foram os métodos e mudanças utilizados para promover a inclusão e o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, como geral e como objetivos específicos buscamos evidenciar o contexto histórico do processo de inclusão e o autismo, e refletir sobre o desenvolvimento da inclusão do autista na educação infantil. O artigo começa abordando o autismo, seus níveis, diagnóstico e características comportamentais; em seguida traz o contexto histórico da educação inclusiva e os seus objetivos. A partir desses pontos apresentamos a conclusão da importância que a matrícula na educação infantil traz pra os autistas, enfatizando os pontos principais e eficazes para processo de inclusão.

**Palavras- chave**: TEA. Educação Inclusiva. Desafios.

**INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o Brasil se voltou para refletir e discutir afim de implantar leis que favorecessem estudantes com algum tipo de deficiência. A Declaração de Salamanca de 1994, garantiu que ocorressem diretrizes básicas para o processo de inclusão social nas políticas educacionais.

As escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras: incluir crianças com deficiência e superdotadas, crianças em situação de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajoso ou marginalizados (SALAMANCA, 1994).

Nesta perspectiva, inclusão refere-se ao direito de todas as crianças que apresentam transtornos, deficiências e/ou comorbidades um atendimento adequado de acordo com a sua especificidade, mas considerando a realidade educacional brasileira o processo de inclusão ainda é um grande desafio a ser implantado no currículo escolar.

O alto índice de crianças com TEA teve um aumento significativo nos últimos anos, ainda assim são poucas as pessoas que tem conhecimento sobre o assunto ou sabem lidar com as crianças que possuem esse espectro, especialmente em sala de aula. Em uma breve explicação, o autismo se trata de um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde a idade precoce, com uma série de desordens no desenvolvimento neurológico, que compromete principalmente a interação social, comunicação e imaginação da criança.

A inclusão escolar que temos observado mediante a algumas experiências na área da educação, adquiridas através de estágios remunerados nos quais atuamos como auxiliares de crianças autistas em salas de aula,  nos inquietou e a partir dessas inquietações fomos motivadas a nos debruçar sobre essa temática, e assim aprofundar nossos estudos para a construção de conhecimento sobre como se dá o processo de inclusão das crianças com TEA, e através disso podermos alcançar a efetivação com excelência do nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

A partir da seguinte pergunta de pesquisa: **quais métodos e mudanças foram utilizados para promover a inclusão e o desenvolvimento da criança autista na educação infantil?**

Assim, o objetivo geral deste artigo é analisar quais foram os métodos e mudanças utilizados para promover a inclusão e o desenvolvimento da criança autista na educação infantil, como objetivos específicos buscamos evidenciar o contexto histórico do processo de inclusão e o autismo, e refletir sobre o desenvolvimento da inclusão do autista na educação infantil.

O tipo de pesquisa que se baseia a produção deste documento é o estudo bibliográfico, tendo como referencial teórico os escritores e pesquisadores como Grandim & Scariano (1999), Cunha (2012), Kanner (1994), Sassaki (1998), Mantoan (2006), entre outros.

Vale ressaltar que apresentaremos essa pesquisa em três etapas, sendo na primeira etapa o conceito de TEA, sua definição, características e diagnóstico. A segunda etapa, irá abordar o conceito de educação inclusiva e os seus objetivos. A terceira etapa irá abordar especificamente a inclusão de crianças com TEA na educação infantil e seus desenvolvimentos na sala de aula.

**2 AUTISMO (TEA)**

Autismo, do grego *autós*, significa “de si mesmo”. Esse termo foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler tentou descrevê-lo como a “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p. 20).

Porém, as primeiras descrições do autismo como é conhecido hoje, surgiram no ano de 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner, que publicou a obra “Distúrbios do Contato Afetivo” onde observava 11 crianças com o comportamento típico do autismo, segundo ele, as crianças tinham um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação das mesmices.

Desde o início há uma extrema solidão autista, algo que, na medida do possível, desconsidera, ignora ou impede a entrada de tudo o que chega à criança de fora. O contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa. (KANNER,1943).

No ano seguinte, Hans Asperger traz no seu artigo “A psicopatia autista na infância”, outras características que se adaptavam ao que era considerado autismo na época, destacando a ocorrência preferencial em meninos, identificou como essencial a limitação em relações sociais e a dificuldade em comunicação.

Durante muitos anos houveram diversas divergências referente a natureza do autismo, somente em 1980 o autismo foi reconhecido como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), após isso, vários critérios foram avaliados e a importância da difusão do conhecimento desse transtorno foi cada vez mais evidente, porém, só em 2013 o autismo foi reconhecido como Transtorno do Espectro Autista e as crianças passaram a ser diagnosticadas por esse único espectro.

Atualmente, o TEA faz parte do grupo de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), sendo considerado uma síndrome comportamental, que apresenta graus variáveis e tem como principais características a dificuldade de interação social, atraso na comunicação, e comportamentos disruptivos e estereotipados. Grandim & Scariano (1999) define o autismo como:

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento, uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida, fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto outros reagem debilmente. Muitas vezes a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes, a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola as relações interpessoais. O infante deixa de explorar o mundo a sua volta, permanecendo em vez disso em seu interior.

São consideradas como características comportamentais de uma criança autista: Dificuldades na interação social; Pobre contato visual; Indiferença afetiva; Atenção compartilhada comprometida; Linguagem imatura (ecolalia, reversão de pronomes, prosódia anormal, entonação monótona); Comportamentos estereotipadas; Dependência de rotinas e resistência à mudança e autoagressão.

Os níveis do autismo estão ligados a graus variáveis, sendo identificados como Nível I, II e Ill: No nível I, os autistas demandam de pouco acompanhamento e tratamento, dificilmente são visíveis as características do espectro, o autista do grau leve consegue desempenhar atividades e cumprir regras de maneira natural durante toda a sua vida.

As crianças que se enquadram no nível II, apresentam características mais evidentes comparados aos autistas com nível leve, como por exemplo, a dificuldade na comunicação e os comportamentos estereotipadas, essas crianças necessitam de um apoio substancial.

No nível 3, considerado como autismo severo, as crianças apresentam dificuldades mais acentuadas comparadas aos outros níveis, como comprometimento na comunicação, no qual vale a pena ressaltar que alguns podem não apresentar qualquer tipo de verbalização, possuem a maioria das características comportamentais presentes no autismo, necessitam de um mediador e tratamentos intensivos, como a terapia e o acompanhamento de especialistas diariamente.

Várias teorias existiram ao longo dos anos sobre a causa desse transtorno, bem como vários estudos e pesquisas, porém ainda se sabe pouco referente a magnitude desse espectro. Até aqui os cientistas chegaram apenas a fatores predisponentes relacionados a problemas durante o nascimento, além de um grupo de desordens no desenvolvimento no cérebro como: a esclerose tuberosa, fenilcetonúria, síndrome cromossômica frágil, e aspectos relacionados a hereditariedade (histórico familiar de transtornos de desenvolvimento).

Vale ressaltar que esses fatores são empíricos e nem todos eles se fazem obrigatoriamente presentes em todos os sujeitos que apresentam TEA. O autismo não tem cura, por esse motivo quanto mais rápido for realizado o diagnóstico, mais rápido será realizado o processo de tratamento que evidentemente possibilita melhorias nos diagnósticos futuros. O TEA se manifesta na criança até os 3 anos de idade e não existe exames específicos para o diagnóstico, ele é feito por observações através dos sinais clínicos precoces.

Alguns critérios para o diagnóstico do autismo:

- Entrevista com os pais ou anamnese: perguntas relacionadas ao parto, primeiros meses, desenvolvimento da criança;

- Observação na prática: essa avaliação é feita através de vídeos da criança, principalmente em momentos de interação (na escola, em casa, brincando com brinquedos e outras crianças);

- Avaliação de professores: nesse processo de diagnóstico é de fundamental importância a participação de psicopedagogos;

- Histórico familiar.

O diagnóstico não dar um nome ou um rótulo à criança, ele é um ponto de partida para a intervenção imediata, para a determinação de uma estratégia e de uma direção de tratamento. (SANTOS, 2008)

**3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A exclusão de indivíduos que possuem deficiência é bastante comum desde o início dos tempos, marcada por abandono e descuido, essas pessoas eram vistas como seres humanos doentes, afastados da sociedade e sem acesso à educação. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegura a garantia de direitos para o público de educação inclusiva, sobretudo, direito à igualdade. (SANTOS, 2008)

Isso impulsou o movimento de inclusão escolar, tendo como principal objetivo a construção de uma escola aberta que atendessem a todas as pessoas, a educação deveria estar baseada no princípio de que todas as crianças, independente das suas dificuldades, gêneros, classes e culturas aprendam juntas, causando mudanças e adaptações aos currículos, professores e equipes pedagógicas.

Sassaki (2003, p.) denominou a educação inclusiva como:

O conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado, que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências.

Desse modo, a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer criança no sistema educacional, sabendo que cada uma possui as suas particularidades e potencialidades, a qualidade de ensino e aprendizagem precisa ser ofertada de maneira igualitária para todos.

O Decreto nº 7.611 de 2011 art. 3, fundamenta que o atendimento educacional especializado tenha como objetivo:

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimentos a longo prazo, de natureza mental, sensorial, ou física, restringindo sua participação plena na sociedade, ou seja, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física, auditiva, visual, intelectual, altas habilidades e superdotação.

Esse novo modelo de educação causou inquietude em diversos aspectos na sociedade, seja pelo preconceito ou pela negação a mudança, as escolas que estavam acostumadas ao modelo tradicional de ensino tiveram que mudar suas práticas, afim de pensar em vários modelos educacionais que atendessem as necessidades dessas pessoas. Mesmo através dos movimentos sociais de educação e muitas conquistas no âmbito de aprendizagem, atualmente ainda é muito comum nos depararmos com escolas despreparadas para receber essas crianças, e profissionais que não sabem ou não permitem mudar as suas práticas em sala de aula.

A partir dessa afirmação, chegamos a pensar e é inevitável não discutir sobre o processo de integração, visto que muitas escolas ainda insistem em apenas integrar essas crianças e não incluir de fato, é evidente que esse processo requer mais modificação do que estamos colocando aqui. Mas porquê integrar e não incluir?

O estudante que possui algum tipo de deficiência é matriculado na rede de ensino e introduzido na sala de aula com diversas crianças, no pensamento da integração é apenas isso, ou seja, ele não possui os mesmos direitos e nem os mesmos privilégios que as outras crianças, embora participe desse conjunto e seja um direito dele, nessa concepção de educação ao invés de a escola se adequar ao discente, o discente é que deve se adequar-se à escola e aos recursos que ela disponibiliza.

Nesse sentido, Mantoan (2006) salienta que na perspectiva inclusiva, as escolas devem atender às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar.

Partindo desse pressuposto, um importante aliado nesse processo de construção de uma política de inclusão educacional é o envolvimento da família, a começar pela aceitação dos mesmos dada as circunstâncias que se encontram. A educação de crianças com deficiência é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com deficiência. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

A chegada de uma criança com deficiência em uma família, traz consigo diversos desafios e dificuldades, por sofrerem pela desinformação e despreparo, e ainda em relação a qual instituição de ensino escolher e confiar para o desenvolvimento e acolhimento do seu filho, as políticas públicas educacionais precisam garantir na prática não só assistência a essas crianças, mas também a toda a sua família.

**4 A INCLUSÃO TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em 2012 foi aprovada a Lei Berenice Piana nº 12.764, como resultado dessa lei as pessoas com autismo passaram a serem enquadradas no quadro de pessoas com deficiência, possuindo os mesmos direitos, incluindo o direito à educação e a um atendimento especializado garantido pelo Estado.

Com base em Taylor (2020), discutir a inclusão da criança autista nos espaços de ensino é sempre uma tarefa inquietante dada as propostas de educação inclusiva, pois a integração dessa criança no ambiente escolar depende de todos, e não apenas do professor, o que também mexe com os valores trazidos por cada um dos indivíduos que compõem o espaço escolar.

Com base nisso, compreendemos que essa inclusão vai muito além do direito à educação, envolve diversos fatores, como a relação da criança no ambiente em que ela não tem adaptação, o desenvolvimento na sua área de necessidade, os instrumentos usados para a realização de suas atividades.

Todo esse processo requer uma mudança na política pedagógica da escola, principalmente a capacitação em todo o corpo escolar, os professores precisam saber o que é o autismo, conhecer todas as maneiras de como lidar com essas crianças, adaptando os seus procedimentos metodológicos.

A conduta escolar precisa estar baseada nos princípios de que a maioria das crianças autistas apresentam dificuldades significativas e que esse espectro possui intensidades, ou seja, os seus modelos precisam estar baseados em currículos adaptados as características de cada aluno, ao cuidar dessas crianças é muito importante levar em consideração as suas necessidades, que precisam ser respeitadas e atendidas. (MELO e FERREIRA, 2009)

Identificamos como alguns pontos eficazes para o processo da inclusão da criança autista na educação infantil: Conhecimento das necessidades das crianças; Parceria e conversa com os pais; Construção de uma relação de confiança entre a criança e o professor; Estimulação a socialização; ajudar as crianças a identificarem suas emoções; usar recursos visuais e concretos.

O envolvimento de todos esses processos desenvolve a plasticidade neuronal da criança que vai se adaptando a vivenciar essas fases, através delas, os educadores e profissionais terão como compreender e acompanhar com sensibilidade a maneira como se desenvolvem, construindo estímulos e estratégias necessárias.

Atualmente muitas escolas no Brasil utilizam de métodos eficazes para o desenvolvimento e aprendizagem da criança autista, um deles é o método TEACCH (*Treatmentand of Autisticand Related Communication Handicapped Children*), que em português significa Tratamento em Educação para Autista e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação, criado pelo Dr. Eric Scholper. Esse método tem como objetivo usar abordagens bem definidas ao que se pretende melhorar, como comportamentos de distração, resistência à mudança e a falta de motivação em autistas, podendo ser utilizado em casa, na escola e no ambiente terapêutico, onde cada espaço tem a sua demanda específica. (ARAÚJO, 2015)

As crianças que possuem autismo trazem consigo sentimentos de aflição, sentindo e percebendo o mundo de forma muito diferente dos demais, a verdadeira inclusão dessas crianças não está no sentido de separa-las para fazer um trabalho diferenciado, esses discentes precisam de socialização e acolhimento, com respeito ao seu tempo e suas maneiras de se comunicar, quanto mais a criança compartilhar de um ambiente com estímulos adequados mais irá se desenvolver.

Ressaltamos a importância do professor como mediador para trabalhar e observar as potencialidades, etapas e mudanças desses educandos, principalmente suas dificuldades. De fato, os resultados não são imediatos, mas são as tentativas e estratégias de foco que levará a construção de um uma educação apropriada para essas crianças.

**5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, onde analisamos as informações narradas de forma organizada, sendo dividido em três etapas, relatando a inclusão de crianças autistas na educação infantil e abordando os meios usados para a garantia de direitos dessas crianças a educação.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.

Iniciamos a nossa coleta de dados no período de 01 de março de 2022, onde buscamos livros e artigos referentes ao nosso tema, após as análises usamos para a construção de nosso trabalho apenas 13 dissertações, que abordaram os conceitos como autismo, inclusão, diversidade, leis, desafios e aprendizagem. Após isso, foram realizados leituras e resumos que possibilitaram uma compreensão mais ampla dos contextos específicos apresentados nessa pesquisa.

Para a fundamentação da escrita do nosso projeto, usamos como referencial teórico escritores e pesquisadores que abordaram especificamente em suas obras o autismo e a inclusão, como Grandim & Scariano (1999), Cunha (2012), Kanner (1994), Sassaki (1998), Mantoan (2006), entre outros.

**6 ANÁLISE DE DADOS**

As expectativas em relação ao nosso tema “A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil” foram atendidas em partes, visto que pudemos identificar avanços significativos no que diz respeito a aprendizagem e inclusão dessas crianças nas nossas buscas.

Com base na nossa pesquisa, podemos compreender que o caminho para a construção de uma educação inclusiva ainda precisa passar por diversas modificações, visto que, para se obter sucesso nessa proposta requer vários fatores, como mudanças na estrutura escolar, currículos adaptados, professores e profissionais capacitados, além da presença profissionais nesse conjunto, como por exemplo, psicopedagogos.

Identificamos também que esse movimento vem obtendo conquistas e avanços, visto que os sistemas de ensino estão e precisam cada vez mais se empenhar para romper com o modelo padrão de educação, só assim, as escolas conseguirão atender as peculiaridades que a proposta de inclusão impõe, apesar das dificuldades para lidar com as mais diferentes e diversas deficiências, com a diversidade em um todo.

**7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, é bastante comum nos depararmos com pessoas que ainda mantém um pensamento de que a criança com autismo é um ser humano limitado, tentando enquadrá-los a uma definição sem sentido, seja pela falta de conhecimento desse espectro, preconceito ou resistência à mudança. Essas teorias precisam ser modificadas, é necessário a compreensão de que essas pessoas podem e devem participar ativamente da sociedade.

No entanto, é de fundamental importância que a sociedade conheça de fato esse transtorno, os governantes precisam cada vez mais proporcionar informações corretas sobre o espectro e as suas características, trazendo para a realidade dessas pessoas entendimento sobre a importância dele.

Em uma sociedade inclusiva, as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos e não do contrário, no caso em específico das pessoas que possuem autismo promover a compreensão da diversidade é a forma mais coerente de obter avanços.

A maioria das crianças com autismo possuem problemas relacionados a socialização, ao serem matriculados em escolas eles acabam saindo da sua zona de conforto, sendo adaptados a conviver diariamente com os seus colegas, nesse sentido, com os recursos e estímulos necessários usados pelas escolas são grandes as chances de eles apresentarem respostas significativas de desenvolvimento.

Gostaríamos de destacar a importância do professor como mediador agindo em conjunto com os profissionais da área na construção de um planejamento de intervenção baseado nas características de cada criança.

Após toda essa explanação, fica evidente que para que de fato ocorra a inclusão de crianças com TEA na educação infantil é necessário mudanças na sociedade em um todo, e identificamos como uma das mais importantes nas políticas públicas, essas políticas precisam estar baseadas em conceitos de garantia aos educadores conhecimento e capacitação para que essas crianças alcancem o direito de se desenvolverem por meio da aprendizagem.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Elisangela do Nascimento. **A contribuição do método TEACCH para o atendimento psicopedagógico**. João Pessoa, 2015.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Educação, Fascículo 9, 2010.

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – **Dispõe sobreeducação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 01 mar 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 mar 2022.

BRASIL. **Decreto n. 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF, 3 dez. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8368-2-dezembro-2014-779648-publicacaooriginal-145511-pe.html>. Acesso em: 30 abr 2022.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

CORRÊA, TAYLOR. **Ensino de física para estudantes autistas**. Uberlândia. 2020.

GRANDIN, Tample; SCARIANO, Margaret. M. **Uma menina estranha: autobiografia de uma autista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, 2, 217- 150, 1943.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente). 64 p.

Melo, F. R. L. V., & Ferreira, C. C. A. (2009). **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras**. Revista Brasileira de Educação Especial, 15(1), 121-140. doi: 10.1590/S1413-65382009000100009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida.** São Paulo. Aurea: 2003.

SANTOS. Ana Maria Tarcitano. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo. 2008.

1. Aluna do curso de Pedagogia da FAT. E-mail: mariesilva5352@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Aluna do curso de Pedagogia da FAT. E-mail: thaynapsi@outlook.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Professor(a) orientador(a) deste Trabalho de Conclusão de Curso no semestre de 2022.1. [↑](#footnote-ref-3)